

# Superior Tribunal de Justiça

## MANDADO DE SEGURANÇA Nº 25.483 - SP (2019/0295982-7)

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**IMPETRANTE** : FM HOLDINGS INC  
**ADVOGADO** : CID VIEIRA DE SOUZA FILHO - SP058271  
**ADVOGADOS** : DANIELA SAYEG MARTINS CAVALCANTE - SP153816  
ANTONIO DE OLIVEIRA TAVARES PAES JÚNIOR - RJ059793  
RODOLFO TEIXEIRA BINI EGLI E OUTRO(S) - RJ167964  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

### DECISÃO

Trata-se de mandado de segurança com pedido liminar impetrado por FM HOLDINGS INC no qual aponta como autoridade coatora a 11ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (Apelação Criminal n. 0010262-22.2011.4.03.6105/SP).

Consta dos autos que o Tribunal de origem reconheceu a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva dos acusados em relação à conduta de exportar, mediante declaração falsa de conteúdo e valor, mercadoria proibida (bloco rochoso de esmeralda), e manteve o perdimento do bem e a ordem de restituição.

Daí o presente mandado de segurança, no qual a impetrante alega que o confisco ou perdimento de bens somente pode recair em objeto pertencente a quem participou do delito. Aduz que, "além de ser terceiro de boa-fé, foi decretada a extinção da punibilidade dos acusados na ação penal que tratou da Esmeralda Bahia, não podendo falar-se em perdimento de bem em favor da União, pois com a ocorrência da prescrição, não há condenação" (e-STJ fl. 12).

Ao final, requer a concessão de medida liminar para determinar a suspensão dos efeitos da decisão proferida pela autoridade coatora até o final do julgamento do *mandamus*. Quanto ao mérito, requer a confirmação da liminar, o reconhecimento da ilegalidade da decisão impugnada e a restituição da Esmeralda Bahia para a Impetrante.

É, em síntese, o relatório.

Decido.

O *mandamus* não merece conhecimento.

# Superior Tribunal de Justiça

Com efeito, o art. 105, inciso I, alínea *b*, da Constituição Federal estatui que compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, os mandados de segurança impetrados ante ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal.

É cediço que a competência originária do Superior Tribunal de Justiça para julgar mandado de segurança submete-se a regime de direito estrito, fixada em *numerus clausus* no mencionado art. 105 da Constituição Federal, no qual estão incluídos, repise-se, apenas os comandantes titulares das respectivas armas, não havendo atribuição de competência para o julgamento de atos de outros tribunais ou dos seus respectivos órgãos.

Da mesma forma, a Súmula n. 41 desta Corte determina que: "*O Superior Tribunal de Justiça não tem competência para processar e julgar, originariamente, mandado de segurança contra ato de outros tribunais ou dos respectivos órgãos.*"

No mesmo sentido, o seguinte julgado desta Corte:

PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL. MANDAMUS NÃO CONHECIDO. MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO CONTRA ATO DE DESEMBARGADOR DE TRIBUNAL ESTADUAL. INCOMPETÊNCIA DO STJ. SÚMULA N. 41/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. A competência desta Corte, nos termos do disposto no art. 105, inciso I, alínea *b*, da Constituição Federal, limita-se a julgar originariamente mandado de segurança contra ato de Ministro de Estado ou do próprio Tribunal.

2. Tratando-se de mandado de segurança impetrado contra ato de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, imperiosa a incidência do Enunciado n. 41 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça. Precedentes.

Agravo regimental desprovido.

(AgRg no MS 23.632/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 14/03/2018, DJe 23/03/2018)

Registre-se, ainda, que não se constata da decisão judicial impugnada evidente **teratologia** a justificar a mitigação do citado enunciado da Súmula n. 41/STJ.

Com base nessas considerações, **indefiro liminarmente o presente**

# *Superior Tribunal de Justiça*

**mandado de segurança.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

